



Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS
Praça Pereira Oliveira, 64 - Sobreloja - Edif. Emedaux - Cep 88.010-540 - Florianópolis - SC
Fone (048) 2107-7500 Fax (048) 2107-7510 CNPJ 42.286.245/0001-77 www.elos.org.br

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS N° 01 CD ELETROSUL

CNPB n° 2009.0037-56

Portaria PREVIC n° 580, de 05/nov/2014, publicada no DOU em 06/nov/2014

Regulamento Plano CD (7) - Vigente a partir de 06/nov/2014

Capítulo I

Do objeto

Artigo 1º - Este documento, denominado Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD ELETROSUL, doravante designado também por Plano, estabelece os direitos e as obrigações da Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A e de outras patrocinadoras que a ele aderirem por meio de Convênio de Adesão, bem como dos Participantes a elas vinculados e dos seus Beneficiários relativos à formação da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, aos Institutos definidos no Capítulo V deste Regulamento e à concessão dos benefícios previdenciários de acordo com as regras nele previstas.

Parágrafo Único: Os dispositivos deste Regulamento são complementares ao Estatuto da ELOS.

Capítulo II

Do Glossário de Definições

Artigo 2º - As expressões, palavras, abreviações ou siglas constantes dos incisos abaixo terão o significado ali contido, a menos que o contexto indique outro sentido. Os termos definidos estarão grafados com a primeira letra maiúscula.

I. “Atuário”: significará uma pessoa física ou jurídica, habilitada para exercer tal atividade e devidamente associada ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, contratada pela Fundação com o propósito de realizar avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria atuarial e correlatos.

II. “Autopatrocínio”: é o instituto que faculta ao Participante manter o valor de sua contribuição e a da Patrocinadora, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção de benefícios previdenciários do Plano.

III. “Beneficiário”: significará o cônjuge do Participante ou Companheiro dependente e seus filhos, incluindo o enteado e o adotado legalmente, menores de 21 (vinte e um) anos de idade, sendo estendido até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, se freqüentando, com carga mínima de 15 (quinze) horas por semana, curso superior em estabelecimento de ensino oficial. Não haverá limite de idade para filho total e permanentemente inválido. Para os efeitos deste Regulamento, a data da adoção deverá ser, no mínimo, 1 (um) ano anterior à data do falecimento do Participante, com exceção dos casos de morte acidental. Na inexistência de Beneficiário, o Beneficiário será substituído pelo Beneficiário Indicado.

IV. “Beneficiário Indicado”: significará qualquer pessoa física inscrita pelo Participante na Fundação que, na falta de Beneficiários, receberá os valores previstos no Plano. A inscrição poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita do Participante à Fundação. Na ausência do Beneficiário Indicado, tais valores serão pagos aos herdeiros designados em inventário judicial.

V. “Benefício Proporcional Diferido”: é o instituto que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, antes da aquisição do direito ao benefício pleno, optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.

VI. “Companheiro”: significará a pessoa que mantenha união estável com o Participante, nos termos da legislação pertinente.

VII. “Conta Individual de Recursos Portados pelo Participante”: é onde serão registrados os valores recebidos de outros planos na forma de valores portados, sendo que esta conta será rentabilizada pelo retorno dos investimentos da ELOS. Esta Conta Individual de Recursos Portados pelo Participante será subdividida em duas sub-contas, sendo uma de “Recursos Portados de Entidade Fechada de Previdência Complementar” e outra de “Recursos Portados de Entidades Aberta de Previdência Complementar”.

VIII. “Contribuição Básica do Participante Ativo”: significará o aporte de recursos financeiros, obrigatório, mensal e sistemático, efetuado para o Plano, tendo por base o Salário Real de Contribuição, e os percentuais previstos neste Regulamento, destinados a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

IX. “Contribuição do Autopatrocinador”: significará o aporte de recursos financeiros, obrigatório, mensal e sistemático, efetuado para o Plano, destinado pelo Participante em situação de autopatrocínio a dar continuidade ao custeio dos Benefícios a que faz jus pelo Plano, bem como ao custeio do Benefício de Pecúlio por Incapacidade, do Benefício de Pecúlio por Morte e das Despesas Administrativas.

X. “Contribuição Normal da Patrocinadora”: significará o aporte de recursos financeiros obrigatório mensal e sistemático, efetuados pela Patrocinadora, paritariamente à Contribuição Básica do Participante Ativo destinado a custear os Benefícios de Pecúlio por Incapacidade e o de Pecúlio por Morte, relativamente aos Participantes Ativos, bem como de parte do Benefício de Aposentadoria.

XI. “Contribuição Suplementar”: aporte voluntário pelo Participante Ativo de recursos financeiros para o Plano, de periodicidade mensal ou esporádica, destinado a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

XII. “Contribuição Real Média Mensal – CRMM”: significará a média aritmética simples das últimas 12 (doze) contribuições básicas mensais, ou inferior, caso o tempo de inscrição na Fundação não permita, excetuando-se o 13º salário, efetivadas pelo Participante Ativo, devidamente atualizadas pelo Índice de Reajuste, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 40.

XIII. “Data Efetiva do Plano”: significará o primeiro dia do mês seguinte à data de aprovação do Regulamento do Plano pela autoridade governamental competente.

XIV. “Despesas Administrativas”: despesas necessárias para a realização pela Fundação da administração deste Plano Previdenciário, observado os limites legais e/ou normativos e de acordo com o disposto no Plano de Gestão Administrativa – PGA e no Plano de Custeio.

XV. “Empregado”: significará toda pessoa que mantenha vínculo empregatício celetista com a Patrocinadora, incluindo-se Diretores e Conselheiros que, nos termos da legislação vigente, possam se tornar participantes da Fundação.

XVI. “Fundação” ou “ELOS”: significará a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS.

XVII. “Incapacidade”: significará a perda total e permanente da capacidade de um Participante, por doença ou por acidente, para desempenhar as suas atividades laborais.

XVIII. “Índice de Reajuste”: significará o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor publicado pelo IBGE, considerando-se um mês de defasagem. Será considerado o valor de 1,00 (uma unidade), caso esse índice seja negativo. Na hipótese de extinção ou alteração na metodologia de cálculo do INPC, que resulte em comprometimento do nível dos benefícios previstos neste Regulamento, o mesmo será substituído por outro que preserve os objetivos do índice extinto ou alterado, mediante aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação, embasado em parecer do Atuário devendo tal substituição ser homologada pela autoridade governamental competente.

XIX. “Participante”: pessoa física que aderir e permanecer filiada ao Plano, na forma estabelecida no Capítulo III.

XX. “Patrocinadora”: significará toda pessoa jurídica, inclusive a própria Fundação, que aderir ao Plano por esta administrado, em conformidade com o previsto no Estatuto da Fundação e na legislação aplicável.

XXI. “Patrocinadora Principal”: significará a ELETROSUL – Centrais Elétricas S/A.

XXII. “Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 - CD ELETROSUL” ou “Plano”: significará o Plano de Benefícios Previdenciários, conforme descrito neste Regulamento, com as alterações que nele forem introduzidas.

XXIII. “Plano de Benefícios Originário”: É o Plano de Benefícios do qual serão portados os recursos financeiros relativos à Portabilidade.

XXIV. “Plano de Benefícios Receptor”: É o Plano de Benefícios para o qual serão portados os recursos financeiros relativos à Portabilidade.

XXV. “Portabilidade”: É o instituto que faculta ao Participante transferir os recursos financeiros do Plano de Benefícios Originário para Plano de Benefícios Receptor operado por Entidade de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora autorizada a operar Plano dessa natureza.

XXVI. “Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder”: significará a soma das contribuições efetuadas pelo Participante e pela Patrocinadora para o custeio do Benefício de Aposentadoria, devidamente rentabilizadas pelo Retorno dos Investimentos.

XXVII. “Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL” ou “Regulamento do Plano” ou “Regulamento”: significará este documento, que define as disposições do Plano de Benefícios Previdenciários a ser administrado pela Fundação, com as alterações que forem introduzidas.

XXVIII. “Regulamentos Complementares Específicos do Plano”: significará os ANEXOS I, II e III que contiverem tal denominação, que serão partes integrantes do presente Regulamento, e que definirão condições específicas para a migração do Plano BD-ELOS/ELETROSUL para este Plano.

XXIX. “Retorno dos Investimentos” significará o retorno líquido dos investimentos efetuados com recursos do Plano, apurado mensalmente, contemplando as alternativas de investimentos previstas, cujo rendimento é auferido pela ponderação da variação de rentabilidade de cada carteira vinculada ao Perfil de investimentos, deduzidas quaisquer exigibilidades e custos decorrentes da sua administração correspondente aos seus respectivos patrimônios.

XXX. “Salário Real de Contribuição- (SRC)”: significará, em relação ao Plano, a remuneração em espécie, efetivamente paga por Patrocinadoras aos seus Empregados, e sobre as quais incide desconto para a Previdência Social. O 13º salário será considerado em separado, sendo o mês de competência a ele atribuído o que coincidir com o pagamento da parcela final pela Patrocinadora aos seus Empregados.

XXXI. “Término do Vínculo Empregatício”: significará a perda da condição de Empregado com a Patrocinadora. Quando o Término do Vínculo Empregatício ocorrer por rescisão do contrato de trabalho, será considerada a data da rescisão, não computado eventual período correspondente a aviso-prévio indenizado.

XXXII. “Unidade de Referência ELOS (URE-CD)”: Até 31/dezembro/2008 corresponde ao valor de R\$ 2.386,46 (dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos). Esse valor será reajustado no mês de janeiro de cada ano, pelo Índice de Reajuste definido no item XVIII deste Artigo, sendo que o reajuste relativo ao mês de janeiro/2009, será dado pela variação do citado Índice de Reajuste tomando-se por base o período de julho a dezembro/2008.

Parágrafo Único - Neste Regulamento o masculino incluirá o feminino, e vice-versa, e o singular incluirá o plural, e vice-versa, salvo indicação contrária no texto.

Capítulo III

Das Patrocinadoras e dos Participantes

Seção I

Das Patrocinadoras

Artigo 3º - São patrocinadoras do presente Plano, a ELETROSUL Centrais Elétricas S/A, bem como as demais pessoas jurídicas que a ele aderirem através de Convênio de Adesão.

Seção II

Dos Participantes

Artigo 4º - O Plano será oferecido a todos empregados das Patrocinadoras, sendo facultada sua adesão, onde aqueles que aderirem ao Plano serão classificados conforme segue:

I. Participante Ativo:

a) os empregados de Patrocinadora que não estiverem com o respectivo Contrato de Trabalho suspenso ou interrompido, que se inscreverem no Plano, nos termos do previsto neste Regulamento;

b) os empregados de Patrocinadora com Contrato de Trabalho suspenso ou interrompido por doença ou acidente do trabalho nos termos da legislação vigente, bem como pelo exercício de função de Dirigente ou Conselheiro na Patrocinadora, que se inscreverem no Plano, nos termos previstos neste Regulamento, sempre que percebam mensalmente renda paga através da Folha de Pagamento da Patrocinadora.

II. Participante Autopatrocinator :

a) os ex-empregados de Patrocinadora que tiverem efetivado o Término do Vínculo Empregatício com Patrocinadora, e que optarem por permanecer vinculados ao Plano, conforme previsto no Artigo 24 e parágrafos;

b) os participantes com Contrato de Trabalho suspenso temporariamente e não enquadrados como Participante Ativo e que optarem por ficarem vinculados ao Plano, conforme previsto no Parágrafo Sexto do Artigo 27.

III. Participante Vinculado Não Contribuinte:

- a) os ex-empregados da Patrocinadora que optarem pelo Benefício Proporcional Diferido, previsto no Artigo 38 e parágrafos;
- b) os empregados da Patrocinadora que, estando com o contrato de trabalho suspenso, não se enquadrarem nas situações previstas na letra “b” dos incisos I e II deste Artigo 4º.

IV. Participante Assistido:

Todo Participante que estiver recebendo um Benefício de Renda Mensal por prazo indeterminado, conforme definido neste Regulamento.

V. Participante Assistido Suspenso:

Todo Participante Assistido que optar por suspender o recebimento do Benefício de Renda Mensal por prazo indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Para tornar-se Participante, o Empregado deverá requerer sua inscrição e preencher os formulários exigidos pela Fundação, onde nomeará os seus Beneficiários, e definirá a forma de pagamento de suas Contribuições e dos demais valores exigíveis no Plano quando cabíveis, e no conhecimento das disposições do presente Regulamento.

Parágrafo Segundo - O procedimento descrito no Parágrafo Primeiro deste Artigo, também será exigido quando o Participante Ativo mudar de classificação, na forma definida no “caput”, e deverá ser formalizado à Fundação no prazo de até 90 (noventa) dias contados do fato que motivou a alteração de sua classificação, exceto no caso da mudança da condição de Participante-Ativo para a condição de Participante Vinculado Não Contribuinte por parte de empregados que venham a ter contrato de trabalho suspenso.

Parágrafo Terceiro - No caso de Participante Ativo, a forma de pagamento das suas Contribuições se dará através de desconto na Folha de Pagamento da Patrocinadora, ressalvado o caso da contribuição suplementar esporádica prevista no “caput” do Artigo 40.

Artigo 5º - O processamento do pedido de inscrição como Participante ou da mudança de sua classificação será comunicado ao interessado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do respectivo requerimento devidamente preenchido à Fundação, e o Benefício a que faz jus, quando for o caso e se deferido, iniciar-se-á no mesmo mês do requerimento protocolado na Fundação.

Artigo 6º - Dar-se-á o desligamento do Plano, com a perda da condição de Participante, àquele que:

- a) vier a falecer;
- b) expressamente o requerer à Fundação;
- c) tiver efetivado o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora ou tiver seu contrato de trabalho suspenso por outro motivo que não os previstos na letra “b” do inciso I do Artigo 4º deste Regulamento e não requerer à Fundação, a manutenção de sua inscrição na forma prevista neste Regulamento e permitida pela legislação aplicável, observado o Parágrafo Único deste Artigo;
- d) deixar de recolher 3 (três) contribuições mensais consecutivas, na condição de Participante Autopatrocinador, após ter sido comunicado da inadimplência, sendo permitido ao Conselho Deliberativo deliberar em contrário. Na hipótese do Conselho Deliberativo decidir pela não exclusão do Participante, incumbirá a este último, de imediato, efetivar o recolhimento das contribuições em atraso, as quais serão acrescidas de encargos moratórios, na conformidade com o estabelecido neste Regulamento para recolhimento extemporâneo de contribuições de Participantes e Patrocinadoras;
- e) receber, sob qualquer forma prevista neste Regulamento, a totalidade da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder a que tem direito.

Parágrafo Único - O participante, na forma estabelecida pela legislação aplicável, que tiver efetivado o término do seu vínculo empregatício com o Patrocinador, receberá dentro de 30 (trinta) dias, contado da data em que a ELOS tiver recebido a comunicação da cessação desse vínculo ou da data do recebimento do requerimento protocolado pelo participante solicitando as correspondentes informações, um extrato contendo o estabelecido na legislação aplicável para que ele possa optar pelo Autoprocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido, pelo Resgate ou pela Portabilidade, observadas as carências legais e regulamentares.

Artigo 7º - O desligamento do Participante do Plano importará, automaticamente, na caducidade dos direitos a que fazia jus, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 6º.

Parágrafo Primeiro - O desligamento que trata este Artigo acarretará também, imediata e automaticamente, independentemente de qualquer notificação, na caducidade dos direitos relativos aos seus Beneficiários, exceto no que se refere ao Benefício de Pecúlio por Morte a que façam jus, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - O Participante do Plano somente terá direito ao Valor de Resgate, conforme disposto no Artigo 37 e seus Parágrafos, deste Regulamento, quando da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.

Artigo 8º - O participante que tenha requerido seu desligamento do Plano, conforme disposto no Artigo 6º item b, sem ter se desligado da Patrocinadora, poderá reingressar na condição de participante procedendo uma nova inscrição, onde iniciará nova contagem das carências previstas neste Regulamento.

Parágrafo Único - O tempo de contribuição correspondente a inscrição anterior não será considerado para qualquer efeito previsto neste Regulamento.

Artigo 9º - Apenas as contribuições efetuadas pelo Participante rentabilizadas pelo Retorno dos Investimentos, que se desligou do Plano sem se desligar da Patrocinadora integrarão o novo saldo da conta Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder no caso de reingresso no Plano.

Capítulo IV

Dos Benefícios Previdenciários

Seção I

Do Elenco de Benefícios

Artigo 10 - Os benefícios previdenciários do Plano, são:

I. Quanto aos Participantes:

- a) Benefício de Aposentadoria
- b) Benefício de Pecúlio por Incapacidade

II. Quanto aos Beneficiários:

- a) Benefício de Pecúlio por Morte
- b) Benefício de Auxílio Reclusão.

Parágrafo Primeiro - Os benefícios de Pecúlio por Incapacidade e de Pecúlio por Morte constituem-se em Benefícios de Risco e os demais Benefícios constituem-se em Benefícios Programados.

Parágrafo Segundo - Além dos Benefícios Previdenciários elencados no “caput” deste artigo o Plano assegura o acesso aos seguintes institutos, na forma definida no Capítulo V:

- a) Autopatrocínio;
- b) Benefício Proporcional Diferido;
- c) Portabilidade; e
- d) Resgate.

Seção II

Das Condições Gerais Aplicáveis aos Benefícios

Artigo 11 - O Participante ou Beneficiário, quando for o caso, fará jus aos benefícios previdenciários do Plano, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, quando aplicáveis:

- a) formalizar requerimento do benefício junto à Fundação;
- b) iniciar a percepção de benefício de aposentadoria concedido pela Previdência Social, no caso de Benefício de Pecúlio por Incapacidade de Participante Ativo;
- c) ter efetivado o Término do Vínculo Empregatício com Patrocinadora, exceto no caso de Beneficiário e no caso do Benefício de Pecúlio por Incapacidade;
- d) atender aos demais requisitos na Seção III deste Capítulo IV e pela legislação aplicável.

Artigo 12 - Todo e qualquer Benefício Previdenciário do Plano será devido após o deferimento de sua concessão pela Fundação, no prazo máximo de até 30 (trinta dias) do recebimento formal do pedido, retroagindo o respectivo pagamento à data do seu requerimento.

Parágrafo Único - O Benefício Previdenciário de que trata o caput, será pago até o último dia útil do mês de referência.

Artigo 13 - O cálculo do benefício será baseado, no mínimo, no saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder constituídas com todas as contribuições vertidas para o Plano pelo Participante, atualizadas pelo Retorno dos Investimentos, descontado o valor destinado ao pagamento das Despesas Administrativas da Fundação.

Artigo 14 - O direito aos benefícios do Plano prescreverá nos termos da legislação aplicável.

Artigo 15 - O Benefício de Pecúlio por Incapacidade e o Benefício de Pecúlio por Morte, serão calculados com base na Contribuição Real Média Mensal (CRMM).

Artigo 16 - Os benefícios a que farão jus os Participantes e os Beneficiários, quando for o caso, terão seus valores estabelecidos por equivalência financeira com base no total do saldo existente na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Seção III

Dos Benefícios

Subseção I

Benefício de Aposentadoria

Artigo 17 - O Benefício de Aposentadoria será concedido, de forma plena, ao Participante que atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. estar na condição de Participante Ativo, Participante Autopatrocinador ou Participante Vinculado não Contribuinte;
- II. ter, no mínimo, 60 (sessenta) meses de serviço na Patrocinadora, observado o disposto no Parágrafo Primeiro;
- III. ter, no mínimo, 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, sendo vedada a antecipação das contribuições;
- IV. ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos completos de idade, observado o disposto no Parágrafo Segundo;
- V. ter efetivado o Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora.

Parágrafo Primeiro - Exclusivamente para os efeitos do disposto no inciso II do “caput” deste Artigo, o período que permanecer em autopatrocínio na condição de Participante Autopatrocinador e o período que permanecer como optante pelo enquadramento no Benefício Proporcional Diferido na condição de Participante Vinculado Não Contribuinte, serão considerados como tempo de serviço na Patrocinadora.

Parágrafo Segundo - A idade mínima de 60 (sessenta) anos completos poderá ser antecipada para 55 (cinquenta e cinco) anos completos, desde que o Benefício de Aposentadoria assim antecipado seja calculado de forma atuarialmente equivalente ao saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Parágrafo Terceiro - Entende-se por Benefício Pleno o primeiro momento após cumprida as condições e carências previstas nos itens I a V deste Artigo 17.

Artigo 18 - O Benefício de Aposentadoria, conforme opção do Participante a ele elegível, consistirá em uma Renda Mensal Inicial por prazo indeterminado obtida pela aplicação de um percentual de, no máximo, 2% (dois por cento) sobre o saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder. O saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder será atualizado mensalmente pelo Retorno dos Investimentos.

Parágrafo Primeiro - Será facultado ao Participante, mediante requerimento formal, alterar o percentual da Renda Mensal por prazo indeterminado ao longo de sua vigência, sempre que observados o saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, o princípio da equivalência financeira e o limite máximo de 2% (dois por cento) estabelecido no caput.

Parágrafo Segundo - Será facultado ao Participante, mediante requerimento formal, optar por receber até 25% (vinte e cinco por cento) da totalidade do saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, com a conseqüente redução do saldo Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, a ser recebido sob a forma de renda por prazo indeterminado conforme estabelecido no caput; a opção de que trata este Parágrafo, poderá ser formulada em até 10 (dez) anos a contar da data de início do recebimento do Benefício de Aposentadoria.

Parágrafo Terceiro - A opção de que trata o Parágrafo Segundo deste Artigo 18, poderá ser formulada para mais de um recebimento, desde que não ultrapasse o período de 10 (dez) anos e desde que a soma dos percentuais não ultrapasse os 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de o valor inicial da Renda Mensal por prazo indeterminado ser inferior a 20% (vinte por cento) da URE-CD, o percentual de pagamento escolhido pelo Participante, será ajustado, observando o percentual máximo estabelecido no caput, de forma a que o seu valor não fique inferior ao referido valor mínimo.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo o falecimento do Participante em gozo de Renda Mensal por prazo indeterminado, o saldo remanescente da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder será pago aos Beneficiários, respeitando-se a mesma forma de pagamento do benefício definida pelo Participante, podendo, obedecido os limites de percentual e prazo previstos neste Regulamento, ser renegociada anualmente.

Parágrafo Sexto - O recebimento da última prestação da Renda Mensal por prazo indeterminado ou do saldo eventualmente remanescente da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, implicará na quitação das obrigações da Fundação estipuladas no Plano.

Subseção II

Benefício de Pecúlio por Incapacidade de Participante Ativo

Artigo 19 - Ao Participante Ativo será pago um Benefício de Pecúlio por Incapacidade, desde que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. ter se mantido como Participante Ativo do Plano nos últimos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência do fato gerador da Incapacidade;
- II. ter entrado em gozo de aposentadoria por invalidez pela Previdência Social.

Parágrafo Único - Não será exigida a carência prevista no inciso I deste Artigo, quando a Incapacidade decorra de acidente ou doença que tenha como gerador, fato posterior ao da inscrição do mesmo como Participante Ativo.

Artigo 20 - O Saldo de Pecúlio por Incapacidade corresponderá a um valor igual a 2,17 (dois virgula dezessete) vezes a Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses calendário que por ocasião da Incapacidade, faltarem para o Participante completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo Primeiro - A concessão do Benefício de Pecúlio por Incapacidade será efetuada aplicando-se os mesmos critérios estabelecidos no Artigo 18 e seus parágrafos, ressalvado o disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo.

Parágrafo Segundo - A opção de que trata os Parágrafos Segundo e Terceiro do Artigo 18 deste Regulamento, será efetuada sobre a totalidade do saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder individual do Participante definida no Artigo 21 deste Regulamento, sem considerar o valor proveniente do Saldo de Pecúlio por Incapacidade de Participante Ativo, disposto no Artigo 20 deste Regulamento.

Artigo 21 - Na hipótese do Participante Ativo entrar em gozo de aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, fará jus a receber, na forma de benefício, 100% (cem por cento) do saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, constituída pelas contribuições do Participante e da Patrocinadora, sendo o pagamento desse benefício efetuado de acordo com os termos do disposto no Artigo 18 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Caso o Participante tenha cancelado o Benefício de Aposentadoria por Invalidez concedido pela Previdência Social, terá restabelecido o Saldo do Pecúlio definido no caput do Artigo 20 vigente na data de cancelamento do Benefício, cujo valor deverá retornar ao Fundo do Pecúlio por Incapacidade de Participante Ativo.

Subseção III

Benefício de Pecúlio por Morte de Participante Ativo

Artigo 22 - O Benefício de Pecúlio por Morte será pago em caso de falecimento de Participante Ativo aos seus Beneficiários, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. ter se mantido como Participante Ativo do Plano nos últimos 12 (doze) meses, anteriores ao falecimento;
- II. estarem os Beneficiários do Participante falecido regularmente inscritos junto à Fundação.

Parágrafo Único - Não será exigida a carência prevista no inciso I deste Artigo, quando o falecimento do Participante decorrer de acidente ou doença cujo fato gerador seja posterior ao da inscrição do mesmo como Participante Ativo.

Artigo 23 - O Saldo de Pecúlio por Morte de Participante Ativo corresponderá a um valor igual a 2,17 (dois virgula dezessete) vezes a Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses calendário que por ocasião do falecimento faltarem para o Participante Ativo completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo Único - O Benefício de Pecúlio por Morte será rateado em partes iguais entre os Beneficiários ou de outra forma de rateio, se expressa pelo Participante, e seu pagamento será efetuado, aplicando-se os mesmos critérios estabelecidos no Artigo 18 e seus parágrafos, tendo em vista a opção formulada em vida pelo participante falecido ou, na falta dessa formulação, pago de acordo com a opção a ser feita pelos próprios Beneficiários.

Artigo 24 - Na hipótese do falecimento do Participante Ativo, os Beneficiários farão jus a receber, na forma de benefício, 100% (cem por cento) do saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, constituída pelas contribuições do Participante e da Patrocinadora, sendo o pagamento desse benefício efetuado de acordo com as mesmas condições de pagamento do Benefício de Pecúlio por Morte previstas no Parágrafo Único do Artigo 23.

Subseção I V

Benefício de Auxílio Reclusão

Artigo 25 - Aos Beneficiários, excetuando-se os Beneficiários Indicados, do participante Ativo não elegível à qualquer outro tipo de Benefício do Plano, que tiver com contrato de trabalho interrompido, por se encontrar preso ou recluso em regime fechado, será pago uma quantia mensal de valor não superior a 1% (um por cento) do saldo de sua conta individual nominal definida no Artigo 63 deste Regulamento, a título de Benefício de Auxílio-Reclusão.

Parágrafo Único - A retirada mensal de até 1% (um por cento), prevista no “caput”, que será realizada da conta individual nominal do Participante definida no Artigo 63 deste Regulamento, será feita na Subconta Patrocinadora até que o seu saldo se anule e, assim, somente após o referido saldo se tornar nulo, é que a retirada passará a ser feita na Subconta Participante.

Capítulo V

Dos Institutos do Autopatrocínio, da Portabilidade, do Resgate e do Benefício Proporcional Diferido

Seção I

Da Opção

Artigo 26 - O Participante Ativo, que tiver efetivado o término do seu vínculo empregatício com a Patrocinadora, antes de implementar as condições exigidas para receber ou legar Benefício de Aposentadoria ou de Pecúlio por Incapacidade ou de Pecúlio por Morte, receberá, no prazo máximo estabelecido pela legislação aplicável, contado da data que a Fundação tiver recebido a comunicação do término desse vínculo ou da data do recebimento do requerimento protocolado pelo participante solicitando as correspondentes informações, um extrato contendo as informações estabelecidas pela legislação aplicável para que ele possa optar pelo Autopatrocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), pelo Resgate ou pela Portabilidade, observadas as carências aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Recebido o extrato referido no “caput” deste artigo com as devidas informações, o participante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento, para realizar sua opção pelo Autopatrocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido, pelo Resgate ou pela Portabilidade.

Parágrafo Segundo - Caso, no prazo referido no Parágrafo Primeiro, o Participante não formalize sua opção pelo Autopatrocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido, pelo Resgate ou pela Portabilidade, será considerado como se ele tivesse optado pelo Benefício Proporcional Diferido caso ele atenda a carência exigida para requerê-lo e como se ele tivesse optado pelo Resgate caso ele não atenda tal carência.

Seção II

Autopatrocínio

Artigo 27 - O Participante Ativo que perder a condição de Participante por efetivação do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora, tem a faculdade de optar por ficar vinculado ao Plano, desde que assuma, além das suas contribuições, todas as contribuições devidas pela respectiva Patrocinadora estabelecidas no plano de custeio do Plano.

Parágrafo Primeiro - O tempo de vinculação mencionada no Caput deste Artigo será computado como tempo de serviço com a Patrocinadora, exclusivamente para efeitos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - A opção de que trata o caput deste Artigo deverá ser manifestada pelo Participante, por meio de termo de opção a ser apresentado, por escrito, à ELOS, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do extrato definido no Artigo 26 deste Regulamento e seus Parágrafos.

Parágrafo Terceiro - O direito à percepção de Benefícios previstos no Plano por parte do Participante Vinculado Contribuinte será equiparado ao do Participante Ativo.

Parágrafo Quarto - O participante, que estiver enquadrado na condição relativa ao autopatrocínio, poderá requerer o seu enquadramento no Benefício Proporcional Diferido, o Resgate ou a Portabilidade, desde que observados os requisitos inerentes a cada um desses institutos.

Parágrafo Quinto - Os efeitos financeiros da opção pela condição relativa ao autopatrocínio retroagirão à data do término do vínculo empregatício com a Patrocinadora.

Parágrafo Sexto - Ao Participante Ativo, que tiver com suspensão temporária do seu contrato de trabalho com a Patrocinadora, será assegurada a faculdade de exercer o autopatrocínio para ficar vinculado ao Plano, desde que, enquanto perdurar tal suspensão, assuma, além das suas contribuições, todas as contribuições devidas pela respectiva Patrocinadora estabelecidas no custeio do Plano e desde que exerça essa opção no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da suspensão temporária de seu contrato de trabalho.

Artigo 28 - O Participante que mantiver vínculo empregatício ou equivalente com a Patrocinadora e que vier a sofrer perda parcial ou total de sua remuneração, também poderá optar por realizar seu autopatrocínio para assegurar a percepção dos Benefícios nos patamares correspondentes ao Salário Real de Contribuição anterior, observadas as seguintes condições:

I. ter formulada a opção pelo disposto neste Artigo por meio de requerimento a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da ocorrência;

II. assumir cumulativamente as contribuições de Participante e da Patrocinadora, correspondente ao Salário Real de Contribuição no caso de perda total, ou sobre a parcela reduzida do Salário Real de Contribuição no caso de perda parcial, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas e dos Benefícios de Risco, na forma estabelecida neste Regulamento, as quais não poderão ser diferentes da estabelecida no Plano de Custeio para os demais Participantes.

Artigo 29 - As Contribuições Básicas do Participante Autopatrocinador serão destinadas ao custeio dos Benefícios de Pecúlio por Incapacidade e de Pecúlio por Morte e o que restar, ao custeio do Benefício de Aposentadoria pela inclusão do restante dessas contribuições na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, além de ser responsável também pelo custeio das Despesas Administrativas.

Seção III

Portabilidade

Subseção I

Do Recebimento da Portabilidade e Afins

Artigo 30 - Para os valores registrados na Conta Individual de Recursos Portados pelo Participante, definida no Inciso VII do Artigo 2º, será mantido controle em separado e desvinculado do direito acumulado pelo Participante no Plano.

Parágrafo Único - Os valores de que trata o caput deste Artigo, serão rentabilizados pelo Retorno dos Investimentos dos ativos do Plano.

Artigo 31 - O Participante que tiver direito a receber qualquer benefício pelo Plano, inclusive o correspondente ao Benefício Proporcional Diferido, terá o saldo da Conta Individual de Recursos Portados transformado em renda por prazo indeterminado de acordo com o disposto no Artigo 18.

Parágrafo Primeiro - A opção de que trata este Artigo deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, na data do requerimento de qualquer benefício pelo Plano, inclusive o correspondente ao Benefício Proporcional Diferido.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de falecimento de Participante, com base no Saldo da Conta Individual de Recursos Portados de que trata este Artigo, será concedida a seus Beneficiários uma renda por prazo indeterminado em conformidade com o disposto no Artigo 18 e seus parágrafos.

Artigo 32 - Em caso de perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, se o Participante optar em se manter vinculado ao Plano através do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido, o saldo da Conta Individual de Recursos Portados pelo Participante permanecerá sendo atualizado com base no Retorno dos Investimentos até que ocorra seu pagamento a quem de direito, em conformidade com este Regulamento e com a legislação aplicável.

Artigo 33 - Em caso de cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador se o Participante não optar por qualquer Benefício previsto no Plano e não optar pelo Instituto do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido ou do Resgate, poderá ele optar pelo Instituto da Portabilidade, transferindo o saldo da Conta Individual de Recursos Portados de que trata o Artigo 30, atualizado pelo Retorno dos Investimentos, para outro Plano de Benefícios de Entidade de Previdência Complementar ou Companhia Seguradora, aplicando, no que couber, o disposto na Subseção II da Seção III deste Capítulo V.

Subseção II

Do Valor a ser Portado

Artigo 34 - O Participante que se desligar do quadro de pessoal da Patrocinadora poderá optar pelo Instituto da Portabilidade desde que, na data da cessação do vínculo empregatício, preencha os seguintes requisitos:

- I. conte com 36 (trinta e seis) ou mais meses de vinculação ao Plano;
- II. não opte pelo benefício de aposentadoria pelo Plano;
- III. não opte pelo Instituto do Autopatrocínio;
- IV. não opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido;
- V. não opte pelo Instituto do Resgate.

Parágrafo Primeiro - O valor a ser portado pelo Participante é igual a 100% (cem por cento) do total da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, definida no inciso XXVI do Artigo 2º, acrescido do saldo da Conta Individual de Recursos Portados definida no inciso VII do Artigo 2º.

Parágrafo Segundo - A carência de 36 (trinta e seis) meses prevista no Inciso I do caput deste Artigo não se aplica para valores portados de outros Planos de Previdência Complementar, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da entrega pelo Participante do Termo de Opção, manifestando a opção pelo Instituto da Portabilidade, a ELOS encaminhará à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos financeiros, o Termo de Portabilidade devidamente preenchido.

Parágrafo Quarto - O Instituto da Portabilidade não permite a realização do pagamento de qualquer parcela do valor a ser portado diretamente ao Participante.

Parágrafo Quinto - A transferência dos recursos financeiros para outro Plano de Benefícios de Entidade de Previdência Complementar, conforme escolha do Participante, ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega, à Fundação, do referido termo de Portabilidade, ocasião em que será efetuada a sua atualização pelo Retorno dos Investimentos.

Parágrafo Sexto - É atribuição do Participante prestar na ocasião de realização do protocolo do Termo de Opção, as informações exigidas pela legislação aplicável que sejam de sua responsabilidade.

Artigo 35 - O Participante que, por ocasião da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, tenha optado pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou do Autopatrocínio poderá, se desejar, optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, por ocasião de sua opção, preencha os requisitos previstos nos Incisos I e II do “caput” do Artigo 34.

Artigo 36 - A opção do Participante pelo Instituto da Portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se, com a transferência dos recursos financeiros, toda e qualquer obrigação do Plano perante o Participante, seus Beneficiários e seus herdeiros legais.

Seção I V

Do Resgate

Artigo 37 - O Participante que tiver efetivado o Término do seu Vínculo Empregatício, não optar por receber ou a legar qualquer benefício pelo Plano ou não optar pelo Benefício Proporcional Diferido, ou pelo Autopatrocínio ou pela Portabilidade, e se desligar do Plano, terá direito ao valor de resgate estipulado nos Parágrafos a seguir.

Parágrafo Primeiro - O Participante que efetivar o Término do Vínculo Empregatício fará também jus a um bônus de resgate correspondente a uma parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, constituída pelas contribuições efetuadas pela Patrocinadora, igual ao correspondente ao percentual de 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) por mês de vínculo empregatício com a Patrocinadora, até o máximo de 75% (setenta e cinco por cento), não podendo esse percentual ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo Segundo - O valor do resgate das contribuições efetuadas pelo Participante será igual ao montante das contribuições por ele vertidas ao Plano, atualizadas pelo Retorno dos Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Quarto deste artigo, descontado o valor destinado ao pagamento das Despesas Administrativas.

Parágrafo Terceiro - O valor do resgate das contribuições efetuadas pela Patrocinadora, será igual ao montante dessas contribuições, atualizadas pelo Retorno dos Investimentos, descontados o valor destinado ao pagamento de parte das Despesas Administrativas e o valor destinado ao custeio dos Benefícios de Risco, e aplicado o percentual estipulado no Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Quarto - O pagamento do resgate da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder será feito observando os seguintes prazos e condições:

a) Contribuições do Participante:

Na forma de pagamento único ou, por opção do Participante, em prestações mensais e sucessivas com prazo não superior a 12 (doze) meses, de valor não inferior a 20% (vinte por cento) da Unidade de Referência ELOS, devidamente reajustadas mensalmente pelo Retorno dos Investimentos.

b) Contribuições da Patrocinadora:

Na forma de pagamento único ou, por opção do Participante, em prestações mensais e sucessivas com prazo não superior a 12 (doze) meses, de valor não inferior a 20% (vinte por cento) da Unidade de Referência ELOS, devidamente reajustadas mensalmente pelo Retorno dos Investimentos.

Parágrafo Quinto - Caso o ex-participante faleça sem ter recebido o total do valor de resgate, os pagamentos remanescentes serão feitos aos que teriam a condição de Beneficiários caso, no momento do falecimento, ele ainda tivesse a condição de Participante e, na inexistência deles, aos herdeiros legais.

Parágrafo Sexto - Ao Participante, que optar pelo Resgate, será facultado o recebimento dos recursos financeiros registrados na sub-conta “Recursos Portados de Entidade Aberta de Previdência Complementar” e deverá obrigatoriamente portar para outra Entidade de Previdência Complementar ou Companhia Seguradora, os recursos financeiros registrados na sub-conta “Recursos Portados de Entidade Fechada de Previdência Complementar”.

Parágrafo Sétimo - O exercício do Resgate implica na cessação dos compromissos do Plano em relação ao Participante, seus Beneficiários e seus herdeiros legais e será realizado em caráter irrevogável e irretratável.

Seção V

Benefício Proporcional Diferido

Artigo 38 - O Participante Ativo que tenha cumprido a carência de 3 (três) anos de vinculação ao Plano, tiver efetivado o término do vínculo empregatício com a Patrocinadora, e não for elegível a benefício pleno de aposentadoria pelo Plano, estando “benefício pleno” definido no Artigo 17 deste Regulamento, poderá optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, definido no Inciso V do Artigo 2º deste Regulamento, permanecendo como Participante, na condição de Participante Vinculado Não Contribuinte, sem obrigação de realizar qualquer nova contribuição para o Plano, exceto aquela destinada ao custeio da Despesa Administrativa, fazendo jus tão somente a ter seu Benefício calculado a partir do saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Parágrafo Primeiro - A concessão do Benefício de Aposentadoria, decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido, conforme disposto no Artigo 17, será efetuada aplicando-se os mesmos critérios estabelecidos no Artigo 18 e seus parágrafos.

Parágrafo Segundo - A opção prevista no “caput” deverá ser formalizada à Fundação, pelo Participante, conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 6º.

Parágrafo Terceiro - Caso o Participante, na cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador, não tenha direito a receber qualquer complementação de aposentadoria, nem faça a opção pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, do Resgate ou da Portabilidade, nos prazos estipulados neste Regulamento, terá presumida sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha cumprido a carência de 3 (três) anos de vinculação ao Plano na data do término do vínculo empregatício.

Parágrafo Quarto - Caso não se aplique o disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo em razão do participante não ter cumprido a carência de 3 (três) anos de vinculação ao Plano na data do término do vínculo empregatício, será assegurada a opção pelo Instituto do Resgate.

Capítulo V I

Das Contribuições e do Patrimônio do Plano

Artigo 39 - O custeio do Plano será realizado pelas seguintes fontes de receitas:

- a) Contribuição Básica do Participante Ativo;
- b) Contribuição do Participante Autopatrocinador;
- c) Contribuição Normal da Patrocinadora;
- d) Contribuição Suplementar;
- e) Créditos iniciais decorrentes da migração para o Plano;
- f) Retorno dos investimentos.
- g) Outras Receitas.

Artigo 40 - O Participante Ativo efetuará, mensalmente, Contribuição Básica e, mensalmente ou esporadicamente, Contribuição Suplementar, destinadas ao custeio de parte dos Benefícios previstos no Plano, provisionadas dentro da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, que será a base mínima de cálculo do valor dos referidos Benefícios. A Contribuição Básica corresponderá a:

- a) de 1,02% a R% de 3,33% na parcela do Salário Real de Contribuição não superior ao valor da metade da URE-CD;
- b) de 2,64% a R% de 8,51% na parcela do Salário Real de Contribuição situada entre a metade do valor e o próprio valor da URE-CD;
- c) de 5,10% a R% de 16,65% na parcela do Salário Real de Contribuição situada entre o valor e 3 (três) vezes o valor da URE-CD;
- d) de 6,55% a R% de 21,28% na parcela do Salário Real de Contribuição situada acima de 3 (três) vezes o valor da URE-CD;

sendo:

R% = 50% (cinquenta por cento) para os Participantes inscritos na Fundação a partir da Data Efetiva do Plano.

Parágrafo Único - Nos casos em que R% seja superior a 50% (cinquenta por cento), em decorrência de ter sido feita pelo participante, quando de sua inscrição ao presente Plano, a opção prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 62, o que exceder aos referidos 50% (cinquenta por cento) não entrará no cálculo da Contribuição Real Média Mensal - CRMM definida no inciso XII do artigo 2º.

Artigo 41 - O Participante Autopatrocinador efetuará mensalmente, além das suas contribuições, todas as contribuições de responsabilidade da Patrocinadora.

Parágrafo Único - A Contribuição Básica mensal do Participante Autopatrocinador será igual a sua última Contribuição Básica efetuada ao Plano no mês de atividade como Participante Ativo.

Artigo 42 - A Patrocinadora efetuará, mensalmente, Contribuição Normal, de forma paritária à Contribuição Básica do Participante Ativo, destinada a custear os Benefícios de Pecúlio por Incapacidade e os de Pecúlio por Morte, na forma prevista no Artigo 44 deste Regulamento, sendo o restante destinado ao custeio de parte do Benefício de Aposentadoria provisionado dentro da respectiva Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder; e contribuição também de forma paritária à do Participante Ativo para custear parte das Despesas Administrativas, na forma prevista no Artigo 45 deste Regulamento.

Artigo 43 - Na ocorrência dos casos previstos no parágrafo único do Artigo 40, a Contribuição Normal da Patrocinadora, feita da forma paritária em relação ao que exceder a R% igual a 50% (cinquenta por cento), será destinada exclusivamente para ser provisionada dentro da respectiva Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 44 - A Patrocinadora efetuará, mensalmente, Contribuição para o custeio dos Benefícios de Pecúlio por Incapacidade, de Pecúlio por Morte, relativamente aos Participantes Ativos, atuarialmente calculada, cujo valor será descontado da Contribuição Normal da Patrocinadora, definida no “caput” do artigo 42.

Artigo 45 - A Patrocinadora, os Participantes Ativos e os Assistidos inclusive os Beneficiários, observado o disposto neste Regulamento e na legislação aplicável, custearão as Despesas Administrativas, na forma estabelecida no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que é parte integrante do Plano Anual de Custeio, sendo estabelecido como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante.

Artigo 46 - O patrimônio do Plano poderá ser constituído, também, de outras dotações realizadas por livre iniciativa dos Participantes, por doações, subvenções, legados e outras receitas, observado a legislação aplicável.

Artigo 47 - As receitas não previstas neste Regulamento e admitidas pela legislação aplicável, serão objeto de deliberação e regulamentação por parte do Conselho Deliberativo da Fundação, ouvida, quando a legislação aplicável assim o estabelecer, a autoridade governamental competente.

Artigo 48 - O plano anual de custeio deverá ser elaborado por Atuário, dentro dos critérios estabelecidos na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Artigo 49 - As contribuições mensais obrigatórias da Patrocinadora e dos Participantes, inclusive aquela destinada ao custeio das Despesas Administrativas, deverão ser recolhidas à Fundação até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência.

Parágrafo Único - O atraso no recolhimento das contribuições referidas no Caput deste Artigo, acarretará encargos "pro-rata-dia", a serem fixados pelo Conselho Deliberativo da Fundação, em bases não inferiores ao equivalente à atualização monetária correspondente ao Índice de Reajuste, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês e de multa de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, aplicada sobre o principal da dívida já acrescida da referida atualização monetária e dos referidos juros.

Artigo 50 - A Contribuição Básica e a Contribuição Suplementar efetuadas pelo Participante, bem como os créditos individuais decorrentes da migração para o Plano compõem a base mínima de constituição da respectiva Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 51 - As contribuições realizadas pelas Patrocinadoras, observado o disposto no Artigo 44 e no Artigo 45 e seu parágrafo, serão também destinadas à constituição da respectiva Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 52 - Ao Participante Ativo, que tiver com suspensão temporária do seu contrato de trabalho com a Patrocinadora, por qualquer motivo, será assegurada a faculdade de não efetuar Contribuição Básica ou Suplementar ao Plano, enquanto perdurar a suspensão, estando também a Patrocinadora desobrigada a efetuar contribuição neste período, observado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 27 e no Artigo 45 deste Regulamento.

Artigo 53 - O Participante Ativo que tendo alcançado a idade de 65 (sessenta e cinco) anos e já tiver preenchido as condições previstas nos itens I, II e III do Artigo 17, a partir do 3º (terceiro) mês subsequente a estas condições, não fará jus a que a Patrocinadora continue a recolher contribuições para a constituição da respectiva conta de Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 54 - Ocorrendo a perda da condição de Participante, a parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder não resgatável pelo Participante, será destinada à constituição de um Fundo Previdenciário Específico, fora do exigível Atuarial.

Parágrafo Único - A destinação do Fundo Específico referido no Caput deste Artigo deverá estar prevista no Plano de Custeio Anual e será objeto de Deliberação do Conselho Deliberativo da Fundação, sendo vedada a sua utilização para o custeio de Despesas Administrativas, amparada em Parecer Atuarial de Viabilidade.

Artigo 55 - A Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder será rentabilizada, a cada mês, pelo Retorno dos Investimentos obtido no mesmo mês, na proporção que representa em relação ao patrimônio passível de rentabilização do Plano.

Artigo 56 - A Fundação tornará disponível, para o conhecimento dos Participantes do Plano, pelo menos com periodicidade trimestral, as seguintes informações:

- I. valor e destinação das contribuições feitas pelo Participante e pela Patrocinadora, em cada mês;
- II. valor acumulado atualizado da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder;
- III. rentabilidade líquida obtida, a cada mês, pelos recursos garantidores das Provisões Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder.

Parágrafo Único - A Fundação tornará disponível a todos os Participantes do Plano a posição da carteira de ações e de outros títulos ou valores mobiliários e imobiliários, que integram o seu patrimônio, bem como a nota técnica de apuração do "Retorno dos Investimentos", na forma e condições exigidas pela autoridade governamental competente.

Capítulo VII

Das Alternativas de Investimentos

Artigo 57 - O Participante poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar, por escrito, por perfil de investimento, na forma definida pelo Conselho Deliberativo, para gestão dos recursos da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, definida pelo Artigo 63, onde não se inclui os recursos do Benefício Proporcional Diferido Saldado – BPDS.

Parágrafo Único - A estrutura de aplicação financeira de cada perfil de investimento é aprovada pelo Conselho Deliberativo e faz parte integrante da Política de Investimentos do Plano de Benefícios.

Artigo 58 - A opção pelo perfil de investimento, exercida ou não pelo Participante, poderá ser alterada anualmente, na forma e período definidos pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Primeiro - Caso o Participante não exerça a opção de que trata o “caput”, estará autorizando a ELOS a alocar os recursos da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, no Perfil de Investimento, definido pelo Conselho Deliberativo para essa condição.

Parágrafo Segundo - A partir do mês em que passar para a condição de Assistido, nos Termos dos Artigos 17 a 24 deste Regulamento, o Participante deverá formalizar nova opção de Perfil dentre aqueles disponibilizados aos Participantes Assistidos, e não o fazendo, será automaticamente enquadrado no Perfil de Investimento definido pelo Conselho Deliberativo, para a condição de Assistido.

Capítulo VIII

Das Disposições Gerais e Finais

Artigo 59 - Para efeito do disposto no Inciso II do Artigo 17, será considerado como interrupção do Tempo de Serviço na Patrocinadora:

I. a transferência do vínculo empregatício para outra Patrocinadora; ou

II. o Término do Vínculo Empregatício com uma Patrocinadora e o restabelecimento de vínculo empregatício com outra ou com a mesma Patrocinadora, no prazo de até 90 (noventa) dias entre os dois eventos.

Artigo 60 - Este Regulamento só poderá ser alterado por deliberação do Conselho Deliberativo, na forma estatutariamente prevista, submetido à apreciação das Patrocinadoras, estando sua vigência condicionada à aprovação da autoridade governamental competente.

Artigo 61 - Os casos omissos deste Regulamento serão deliberados pelo Conselho Deliberativo da Fundação observada, a legislação aplicável.

Artigo 62 - O presente Regulamento entrará em vigor na Data Efetiva do Plano, definida no inciso XIII do Artigo 2º.

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que o recolhimento das contribuições para o Plano só terá início no mês da inscrição do participante, salvo para os que migrarem do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, já que para estes o recolhimento de contribuição ao Plano terá início no mês seguinte ao da opção pela migração.

Parágrafo Segundo - Fica garantido aos que já forem Participantes do Plano de Benefícios Definidos administrado pela Fundação, Plano BD-ELOS/ELETROSUL, designado por “Plano de Origem”, nos termos dos Anexos I, II e III do Regulamento Complementar Específico Nº 01 ao Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL, o direito de optarem por se transferirem para o Plano.

Parágrafo Terceiro - Encerra-se no dia 30/dez/2011 o prazo para migração de Participantes oriundos do Plano de Benefícios Definidos vigente na Fundação, Plano BD-ELOS/ELETROSUL, designado por “Plano de Origem”.

Parágrafo Quarto - Com a entrada em vigor do presente Regulamento, o Plano de Benefícios Definidos vigente na Fundação, Plano BD-ELOS/ELETROSUL, designado por “Plano de Origem”, ficará fechado à novas adesões de participantes, devendo a presente condição ser incluída no Regulamento do referido Plano de Benefícios Definidos.

Artigo 63 - Cada Participante do Plano terá, a título de Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, uma conta individual nominal, subdividida nas seguintes subcontas:

a) Subconta Participante - constituída a partir das seguintes parcelas contributivas: i) transferência da Reserva de Poupança do Participante existente no Plano de Benefícios Definido da Fundação, Plano BD-ELOS/ELETROSUL, designado por “Plano de Origem”, na data da migração para o Plano, atualizada até 31/mar/2011, observado o disposto nos Artigos 2º e 3º do Anexo I e nos Artigos 2º e 3º do Anexo III a este Regulamento; ii) demais Contribuições efetuadas pelo Participante para o Plano, destinadas a participar da constituição da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder;

b) Subconta Patrocinadora - constituída a partir das seguintes parcelas contributivas: i) transferência da diferença entre o valor da Provisão Matemática individualizada de descontinuidade do Plano de Benefícios Definido da Fundação, Plano BD-ELOS/ELETROSUL, designado por “Plano de Origem”, avaliada atuarialmente no dia 31/mar/2011 e a Reserva de Poupança do Participante na mesma data, observado o disposto no Artigo 3º do Anexo I e no Artigo 3º do Anexo III a este Regulamento; ii) demais contribuições efetivadas pela Patrocinadora para o Plano, destinadas a participar da constituição da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 64 - Os recursos destinados à cobertura dos Benefícios de Pecúlio por Invalidez e de Pecúlio por Morte, bem como os destinados à cobertura das Despesas Administrativas e ao Fundo Previdenciário Específico, terão contas específicas, conforme suas finalidades, e os seus saldos mensais serão rentabilizados, na forma definida pelo Conselho Deliberativo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Regulamento Complementar Específico Nº 01 ao Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL, para a Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A.

ANEXO I - TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DA PROVISÃO MATEMÁTICA PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 01 - CD ELETROSUL

Este Anexo I integrante do Regulamento Complementar Específico nº 01 estabelece as regras e condições de transferência integral da Provisão Matemática do Plano de Benefícios Definidos da ELOS, Plano BD-ELOS/ELETROSUL a ser designado doravante também por “Plano de Origem”, para adesão ao Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL, a ser designado doravante também por Plano CD ELETROSUL, por iniciativa dos Participantes do Plano de Origem que nele não estejam, até a data definida para adesão, em gozo de Benefícios de Aposentadoria. Os Participantes, aqui referidos, são aqueles com vínculo empregatício na Patrocinadora ELETROSUL até o prazo final para adesão ao Plano CD ELETROSUL, bem como os que dela se desligaram e se mantêm na condição de Autopatrocinadores ou em “Vesting” no Plano de Origem, até o referido prazo final de adesão.

Artigo 1º - Ao Participante que requerer e vier a assinar o “Termo de Adesão ao Plano CD ELETROSUL”, com características de Contribuição Definida, objetivando sua transferência para o mesmo, serão assegurados os seguintes direitos, à título compensatório:

I. Crédito Adicional no saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Plano, a ser constituída por contribuições do Participante, destinadas a dar cobertura aos custos relativos ao Benefício de Aposentadoria Normal, do saldo existente em 31/mar/2011 como Reserva de Poupança do Plano de Origem, entendendo-se como Reserva de Poupança do Plano de Origem, o correspondente a totalidade das contribuições inclusive a título de jóia de inscrição de Participante, por ele vertidas para a Fundação, corrigidas pelos mesmos índices aplicados pelo Governo Federal para atualização monetária da Caderneta de Poupança, com aniversário no primeiro dia do mês, exclusive juros.

II. Crédito Adicional no saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença entre o valor da Provisão Matemática do Plano de Origem, avaliada atuarialmente em 31/mar/2011, tomando-se por base o benefício proporcional ao tempo de efetiva filiação ao Plano de Origem, e o valor do Crédito Adicional correspondente ao inciso I, sendo que, para os participantes fundadores da Fundação, o tempo de serviço prestado à Patrocinadora ELETROSUL, anteriormente à criação da Fundação, será averbado como tempo de efetiva filiação.

III. Ter o percentual de resgate do saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, elevado para 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por mês de vínculo empregatício com a Patrocinadora, até o máximo de 90% (noventa por cento).

IV. Ter o percentual total mínimo de resgate do saldo da parcela da Reserva Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, elevado para 50% (cinquenta por cento).

V. Ter a idade de 55 (cinquenta e cinco) anos, prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 17 do Regulamento do Plano Misto N° 01, antecipada para 50 (cinquenta) anos, observada a equivalência atuarial e financeira entre o Benefício a ser concedido e o saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

VI. Ter o percentual de R% (R por cento), previsto no Parágrafo Único do Artigo 40 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, variando de 50% (cinquenta por cento) a até 100% (cem por cento), em múltiplos de 10 (dez).

VII. Ter o direito decorrente da conversão de tempo de aposentadoria especial em tempo de aposentadoria normal, em decorrência do denominado “SB-40”, de acordo com documento específico emitido pela Patrocinadora ELETROSUL ou documento específico emitido pela Previdência Social homologando o período do denominado “SB-40”, até a data de migração para o Plano CD ELETROSUL, não sendo mais aceito qualquer período do denominado SB-40 após a data de migração para o Plano CD ELETROSUL, cuja cobertura, no Plano de Origem do qual se transferiu para o Plano CD ELETROSUL, era de responsabilidade da Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A, compensado pelo depósito na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, a ser devido na data de migração para o Plano CD ELETROSUL, da seguinte Dotação Especial (D.E.) :

(D.E.) = $\bar{c} \cdot m$, onde :

\bar{c} é o dobro do equivalente à 1/36 (um trinta e seis avos) do valor das contribuições recolhidas pelo participante nos últimos 36 (trinta e seis) meses computados até o mês de opção pela migração ao Plano CD ELETROSUL, devidamente atualizadas até aquela data conforme Inciso I do artigo 1º, deste Anexo I, dentro do plano previdenciário em que o mesmo estava inscrito na Fundação, inclusive às relativas ao 13º Salário e exclusive às realizadas à título de jóia;

m é a diferença em meses, entre o tempo de serviço na Previdência Social com conversão de tempo de serviço especial em normal e sem conversão de tempo de serviço especial em normal.



VIII. Ter o tempo reconhecido de filiação ao Plano de Origem averbado como tempo de filiação ao Plano CD ELETROSUL.

Artigo 2º - O valor das contribuições efetuadas pelo Participante a partir de abril de 2011, inclusive, até o último dia do mês de transferência para o Plano CD ELETROSUL, atualizadas mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, será alocado na sua Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 3º - Os valores constantes dos itens I e II do Artigo 1º deste Anexo I, serão atualizados mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, do dia 31/mar/2011 até o último dia do mês de opção pela migração ao Plano CD ELETROSUL.

Artigo 4º - O prazo para o Participante requerer transferência para o Plano CD ELETROSUL, nos termos deste Anexo I do presente Regulamento Complementar Específico Nº 01, é até o dia 30/dez/2011.

Artigo 5º - Este Anexo I, integrante do Regulamento Complementar Específico Nº 01, entrará em vigor na Data Efetiva do Plano, sendo definitivas as condições estabelecidas no “Termo de Adesão ao Plano CD ELETROSUL”, com base no disposto no presente Regulamento Complementar Específico Nº 01.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Regulamento Complementar Específico Nº 01 ao Regulamento do Plano CD ELETROSUL, para a Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A.

ANEXO II – TRANSFERÊNCIA COM OPÇÃO INTEGRAL, NO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO), PELO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO

Este Anexo II integrante do Regulamento Complementar Específico nº 01 estabelece as regras e condições para a opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado, relativamente aos Benefícios previdenciários proporcionais a que faz jus, em 31/mar/2011, por iniciativa dos Participantes do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, a ser designado doravante por “Plano de Origem”, que nele não estejam, até a data definida para adesão, em gozo de Benefícios de Aposentadoria. Os Participantes, aqui referidos, são aqueles com vínculo empregatício na Patrocinadora ELETROSUL até o prazo final para adesão ao Plano CD ELETROSUL, bem como os que dela se desligaram e se mantêm na condição de Autopatrocinadores no Plano de Origem, até o referido prazo final de adesão.

Artigo 1º - Ao Participante que requerer e vier a assinar o “Termo de Adesão ao Plano CD ELETROSUL”, com características de Contribuição Definida, objetivando sua transferência para o mesmo, serão assegurados os seguintes direitos, à título compensatório:

I. Garantia de Recebimento, na forma de Benefício Proporcional Diferido Saldado, já líquido da contribuição devida pelo participante incidente sobre o valor do Benefício de Aposentadoria pago pela ELOS dentro do Plano de Origem, calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{t_0}{t_0 + k} \text{ vezes [BEN. BRUTO - CONTRIB.]} = \frac{t_0}{t_0 + k} \text{ vezes [BENEF. LÍQUIDO]}$$

onde:

t₀ é o tempo de efetiva filiação do participante ao Plano de Origem, computado até 31/mar/2011, sendo averbado nesse tempo, para os participantes fundadores, o tempo de serviço prestado à Patrocinadora ELETROSUL antes da criação da Fundação, onde este tempo de efetiva filiação não poderá ser inferior a 10 (dez) anos, para o participante ter direito a este BPDS;

- k** é o tempo que faltava, em 31/mar/2011, de acordo com os dados cadastrais registrados na Fundação e reconhecidos na Provisão Matemática constituída em 31/mar/2011, para o Participante completar cumulativamente as seguintes condições: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, a ser exigido somente dos inscritos após 07 de abril de 1980, 35 (trinta e cinco) anos averbados como de contribuição à Previdência Social, se for do sexo masculino ou 30 (trinta) anos se for do sexo feminino, devidamente reconhecidos pela ELOS, e 10 (dez) anos de filiação à Fundação, não podendo “k” assumir valor negativo.

BENEFÍCIO BRUTO: é um valor igual a: $[(SRB - SB \text{ do INSS}) \geq 20\% \text{ DO } SRB \geq \text{PISO MÍNIMO}]$,

sendo:

SRB - média dos últimos 36 (trinta e seis) Salários Reais de Contribuição do Participante, computados até o 31/mar/2011, conforme os mesmos critérios de cálculo e atualização do Plano de Origem.

SB DO INSS - média dos últimos 36 (trinta e seis) Salários de Contribuição para a Previdência Social, computados até 31/mar/2011, devidamente atualizados pelos mesmos índices utilizados no Plano de Origem, limitado ao valor da URE-BD calculado hipoteticamente na ELOS, sem aplicação do denominado “Fator Previdenciário” introduzido pela Lei nº 9.876/99.

CONTRIBUIÇÃO - valor da contribuição que, como participante em gozo de complementação de aposentadoria pelo Plano de Origem, contribuiria sem considerar a taxa correspondente a despesa administrativa, do Participante e da Patrocinadora, caso recebesse uma complementação de aposentadoria de valor igual ao do BENEFÍCIO BRUTO.

PISO MÍNIMO - valor mínimo da complementação de aposentadoria vigente no Plano de Origem, em 31/mar/2011.

Para fins do inciso I, serão ainda observadas as seguintes condições:

- a)** No caso de o Benefício Proporcional Diferido Saldado ser pago na forma de Benefício de Pensão por Morte, será aplicado sobre o seu valor o seguinte coeficiente de pensão: 50% (cinquenta por cento) da cota familiar acrescido de 10% (dez por cento) da cota individual por Beneficiário com direito à Pensão por Morte perante a Previdência Social, até o máximo de 100% (cem por cento), extinguindo-se a cota individual com a perda da condição de Beneficiário perante a Previdência Social para fins de Pensão por Morte;

b) O Benefício Proporcional Diferido Saldado será devido, a partir do momento em que o prazo de tempo de “k” aqui definido tenha transcorrido e houver a efetivação do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora, ou a partir do momento em que o Participante entre em Aposentadoria por Invalidez pela Previdência Social ou venha a falecer antes de decorrido o referido prazo de tempo “k”;

c) O Benefício Proporcional Diferido Saldado será reajustado, até o início do seu pagamento e a partir do início do seu pagamento, no mês de junho de cada ano, pelo Índice de Reajuste.

d) O pagamento do Benefício Proporcional Diferido Saldado poderá ocorrer antes de decorrido o prazo de tempo “k”, onde será aplicado sobre o BPDS definido no Item I deste Artigo 1º, para o Participante do sexo masculino os coeficientes de 80% (oitenta por cento), 84 % (oitenta e quatro por cento), 88% (oitenta e oito por cento), 92 % (noventa e dois por cento) e 96 % (noventa e seis por cento), segundo o participante tenha, respectivamente, 30 (trinta), 31 (trinta e um), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) e 34 (trinta e quatro) anos de tempo de serviço averbado na Elos como de contribuição à Previdência Social; e para o Participante do sexo feminino os coeficientes de 70% (setenta por cento), 76 % (setenta e seis por cento), 82% (oitenta e dois por cento), 88 % (oitenta e oito por cento) e 94 % (noventa e quatro por cento), segundo o participante tenha, respectivamente, 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) anos de tempo de serviço averbado na Elos como de contribuição à Previdência Social, o disposto na letra “b”, no que couber, e a equivalência da Reserva Matemática.

II. Ter o percentual de resgate do saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL elevado para 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por mês de vínculo empregatício com a Patrocinadora, até o máximo de 90% (noventa por cento).

III. Ter o percentual total mínimo de resgate do saldo da parcela da Reserva Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, elevado para 50% (cinquenta por cento).

IV. Ter o percentual de R% (R por cento), previsto no Parágrafo Único do Artigo 40 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL variando de 50% (cinquenta por cento) a até 100% (cem por cento), em múltiplos de 10 (dez).

V. Ter o direito decorrente da conversão de tempo de aposentadoria especial em tempo de aposentadoria normal, em decorrência do denominado “SB-40”, relativo ao tempo de serviço convertido até o mês de opção pela migração ao Plano CD ELETROSUL, de acordo com mesmos critérios do Plano de Origem, através da alteração do valor de “k” em função do tempo convertido.

VI. Ter a idade de 55 (cinquenta e cinco) anos, prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 17 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, antecipada para 50 (cinquenta) anos, observada a equivalência atuarial entre a respectiva Provisão Matemática e o valor do Benefício.

VII. Ter o tempo reconhecido de filiação ao Plano de Origem averbado como tempo de filiação ao Plano CD ELETROSUL.

Artigo 2º - O Participante que terminar seu vínculo empregatício com a Patrocinadora, poderá, caso não seja elegível ou não opte por receber o Benefício, sob a forma plena ou antecipada, poderá optar :

I - por resgatar o valor das contribuições por ele efetuadas, inclusive a título de Jóia de Inscrição de Participante, até 31/mar/2011, inclusive, devidamente corrigidas pelos mesmos índices aplicados pelo Governo Federal para atualização monetária da Caderneta de Poupança, com aniversário no primeiro dia do mês, exclusive juros,

II - por realizar a portabilidade do maior valor apurado entre o referido valor passível de ser resgatado e a Provisão Matemática correspondente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado para outro Plano de Previdência Complementar operado por Entidade de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora autorizada a operar Planos dessa natureza.

Artigo 3º - O valor das contribuições efetuadas pelo Participante a partir de abril de 2011, inclusive, até o último dia do mês de transferência para o Plano CD ELETROSUL, atualizadas mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, será alocado na sua Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 4º - O prazo para o participante requerer transferência para o Plano CD ELETROSUL, nos termos deste Anexo II do Regulamento Complementar Específico N° 01, é até o dia 30/dez/2011.

Artigo 5º - Este Anexo II, integrante do Regulamento Complementar Específico N° 01, entrará em vigor na Data Efetiva do Plano, sendo definitivas as condições estabelecidas no “Termo de Adesão ao Plano CD ELETROSUL”, com base no disposto no presente Regulamento Complementar Específico N° 01.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Regulamento Complementar Específico Nº 01 ao Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL, para a Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A.

ANEXO III – TRANSFERÊNCIA COM OPÇÃO “MISTA”: CORRESPONDENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA PROVISÃO MATEMÁTICA PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 01 – CD ELETROSUL E A 50% (CINQUENTA POR CENTO) PELO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO:

Este Anexo III integrante do Regulamento Complementar Específico nº 01 estabelece as regras e condições para a opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado, relativamente à 50% (cinquenta por cento) dos Benefícios previdenciários proporcionais a que faz jus, em 31/mar/2011, e transferência de 50% (cinquenta por cento) do saldo da Provisão Matemática do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, a ser designado doravante por “Plano de Origem”, ao Plano de Benefícios Previdenciários Nº 01 – CD ELETROSUL, por iniciativa dos Participantes do Plano de Origem que nele não estejam, até a data definida para adesão, em gozo de Benefícios de Aposentadoria. Os Participantes, aqui referidos, são aqueles com vínculo empregatício na Patrocinadora ELETROSUL até o prazo final para adesão ao Plano CD ELETROSUL, bem como os que dela se desligaram e se mantêm na condição de Autopatrocinadores no Plano de Origem, até o referido prazo final de adesão.

Artigo 1º - Ao Participante que requerer e vier a assinar o “Termo de Adesão ao Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 01 da ELOS”, com características de Contribuição Definida, objetivando sua transferência para o mesmo, serão assegurados os seguintes direitos, à título compensatório:

I. Crédito Adicional no saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Plano, a ser constituída por contribuições do Participante destinadas a dar cobertura aos custos relativos ao Benefício de Aposentadoria Normal, de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente em 31/mar/2011, como Reserva de Poupança do Plano de Origem, entendendo-se como Reserva de Poupança do Plano de Origem, o correspondente a totalidade das contribuições inclusive a título de jóia de inscrição de Participante, por ele vertidas para a Fundação, corrigidas pelos mesmos índices aplicados pelo Governo Federal para atualização monetária da Caderneta de Poupança, com aniversário no primeiro dia do mês, exclusive juros.

II. Crédito Adicional no saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o valor da Provisão Matemática do Plano de Origem, avaliada atuarialmente em 31/mar/2011, tomando-se por base o benefício proporcional ao tempo de efetiva filiação ao Plano de Origem, e o valor do Crédito Adicional correspondente ao inciso I, sendo que, para os participantes fundadores da Fundação, o tempo de serviço prestado à Patrocinadora ELETROSUL, anteriormente à criação da Fundação, será averbado como tempo de efetiva filiação.

III. Garantia de Recebimento, na forma de Benefício Proporcional Diferido Saldado, já líquido da contribuição devida pelo participante incidente sobre o valor do Benefício de Aposentadoria pago pela ELOS dentro do Plano de Origem, calculado pela seguinte fórmula :

$$\frac{t_0}{t_0 + k} \text{ vezes } [50\% \text{ de BEN. BRUTO} - \text{CONTRIB.}] = \frac{t_0}{t_0 + k} \text{ vezes } [50\% \text{ do BENEF. LÍQUIDO}]$$

onde :

- t₀** é o tempo de efetiva filiação do participante ao Plano de Origem, computado até 31/mar/2011, sendo averbado nesse tempo, para os participantes fundadores, o tempo de serviço prestado à Patrocinadora ELETROSUL antes da criação da Fundação, onde este tempo de efetiva filiação não poderá ser inferior a 10 (dez) anos, para o participante ter direito a este BPDS;
- k** é o tempo que faltava, em 31/mar/2011, de acordo com os dados cadastrais registrados na Fundação e reconhecidos na Provisão Matemática constituída em 31/mar/2011, para o Participante completar cumulativamente as seguintes condições: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, a ser exigido somente dos inscritos após 07 de abril de 1980, 35 (trinta e cinco) anos averbados como de contribuição à Previdência Social, se for do sexo masculino ou 30 (trinta) anos se for do sexo feminino, devidamente reconhecidos pela ELOS, e 10 (dez) anos de filiação à Fundação, não podendo “k” assumir valor negativo.

BENEFÍCIO BRUTO : é um valor igual a: [(SRB - SB do INSS) ≥ 20% DO SRB ≥ PISO MÍNIMO],

sendo:

SRB - média dos últimos 36 (trinta e seis) Salários Reais de Contribuição do Participante, computados até 31/mar/2011, conforme os mesmos critérios de cálculo e atualização do Plano de Origem.

SB DO INSS - média dos últimos 36 (trinta e seis) Salários de Contribuição para a Previdência Social, computados até 31/mar/2011, devidamente atualizados pelos mesmos índices utilizados no Plano de Origem, limitado ao valor da URE-BD calculado hipoteticamente na ELOS, sem aplicação do denominado “Fator Previdenciário” introduzido pela Lei nº 9.876/99.

CONTRIBUIÇÃO - valor da contribuição que, como participante em gozo de complementação de aposentadoria pelo Plano de Origem, contribuiria sem considerar a taxa correspondente a despesa administrativa, do Participante e da Patrocinadora, caso recebesse uma complementação de aposentadoria de valor igual ao do BENEFÍCIO BRUTO.

PISO MÍNIMO - valor mínimo da complementação de aposentadoria vigente no Plano de Origem, em 31/mar/2011.

– Para fins deste Inciso III serão ainda observadas as seguintes condições:

a) No caso de o Benefício Proporcional Diferido Saldado ser pago na forma de Benefício de Pensão por Morte, será aplicado sobre o seu valor o seguinte coeficiente: 50% (cinquenta por cento) da cota familiar acrescido de 10% (dez por cento) da cota individual por Beneficiário com direito à Pensão por Morte perante a Previdência Social, até o máximo de 100% (cem por cento), extinguindo-se a cota individual com a perda da condição de Beneficiário perante a Previdência Social para fins de Pensão por Morte;

b) O Benefício Proporcional Diferido Saldado será devido a partir do momento em que o prazo de tempo de “k” aqui definido tenha transcorrido e houver a efetivação do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora, ou a partir do momento em que o Participante entre em Aposentadoria por Invalidez pela Previdência Social ou venha a falecer antes de decorrido o referido prazo de tempo “k”.

c) O Benefício Proporcional Diferido Saldado será reajustado, até o início do seu pagamento e a partir do início do seu pagamento, no mês de junho de cada ano, pelo Índice de Reajuste.

d) O pagamento do Benefício Proporcional Diferido Saldado poderá ocorrer antes de decorrido o prazo de tempo “k”, onde será aplicado sobre o BPDS definido no Item III deste Artigo 1º, para o Participante do sexo masculino os coeficientes de 80% (oitenta por cento), 84 % (oitenta e quatro por cento), 88% (oitenta e oito por cento), 92 % (noventa e dois por cento) e 96 % (noventa e seis por cento), segundo o participante tenha, respectivamente, 30 (trinta), 31 (trinta e um), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) e 34 (trinta e quatro) anos de tempo de serviço averbado na Elos como de contribuição à Previdência Social; e para o Participante do sexo feminino os coeficientes de 70% (setenta por cento), 76 % (setenta e seis por cento), 82% (oitenta e dois por cento), 88 % (oitenta e oito por cento) e 94 % (noventa e quatro por cento), segundo o participante tenha, respectivamente, 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) anos de tempo de serviço averbado na Elos como de contribuição à Previdência Social, o disposto na letra “b”, no que couber, e a equivalência da Reserva Matemática.

IV. Ter o percentual de resgate do saldo da parcela da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, elevado para 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por mês de vínculo empregatício com a Patrocinadora, até o máximo de 90% (noventa por cento).

V. Ter o percentual total mínimo de resgate do saldo da parcela da Reserva Matemática Programada de Benefícios a Conceder, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 37 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, elevado para 50% (cinquenta por cento).

VI. Ter a idade de 55 (cinquenta e cinco) anos, prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 17 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL, antecipada para 50 (cinquenta) anos, observada a equivalência atuarial entre a respectiva Provisão Matemática e o valor do Benefício.

VII. Ter o percentual de R% (R por cento), previsto no Parágrafo Único do Artigo 40 do Regulamento do Plano CD ELETROSUL elevado para até 100% (cem por cento), em múltiplos de 10 (dez).

VIII. Ter o direito decorrente da conversão de tempo de aposentadoria especial em tempo de aposentadoria normal, em decorrência do denominado “SB-40”, de acordo com documento específico emitido pela Patrocinadora ELETROSUL ou documento específico emitido pela Previdência Social homologando o período do denominado “SB-40”, até a data de migração para o Plano CD ELETROSUL, não sendo mais aceito qualquer período do denominado SB-40 após a data de migração para o Plano CD ELETROSUL, cuja cobertura, no Plano de Origem do qual se transferiu para o Plano CD ELETROSUL, era de responsabilidade da Patrocinadora ELETROSUL Centrais Elétricas S/A, compensado pelo depósito na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, a ser devido na data de migração para o Plano CD ELETROSUL, da seguinte Dotação Especial (D.E.) :

(D.E.) = $\bar{c} \cdot m$, onde

\bar{c} é o dobro do equivalente à 1/36 (um trinta e seis avos) do valor das contribuições recolhidas pelo participante nos últimos 36 (trinta e seis) meses, computados até o mês de opção pela migração ao Plano CD ELETROSUL, devidamente atualizadas até aquela data conforme Inciso I do Artigo 1º deste Anexo III, dentro do plano previdenciário em que o mesmo estava inscrito na Fundação, inclusive as relativas ao 13º Salário e exclusive às realizadas à título de jóia;

m é a diferença em meses, entre o tempo de serviço na Previdência Social com conversão de tempo de serviço especial em normal e sem conversão de tempo de serviço especial em normal;

IX. Ter o tempo reconhecido de filiação ao Plano de Origem averbado como tempo de filiação ao Plano CD ELETROSUL.

Artigo 2º - O valor das contribuições efetuadas pelo Participante a partir de abril de 2011, inclusive, até o último dia do mês de transferência para o Plano CD ELETROSUL, atualizadas mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, será alocado na sua Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder.

Artigo 3º - Os valores constantes dos itens I e II do Artigo 1º deste Anexo III, serão atualizados mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, do dia 31/mar/2011 até o último dia do mês de opção pela migração ao Plano CD ELETROSUL.

Artigo 4º - O prazo para o participante requerer transferência para o Plano CD ELETROSUL, nos termos deste Anexo III do Regulamento Complementar Específico Nº 01, é até o dia 30/dez/2011.

Artigo 5º - Este Anexo III, integrante do Regulamento Complementar Específico Nº 01, entrará em vigor na Data Efetiva do Plano, sendo definitivas as condições estabelecidas no “Termo de Adesão ao Plano CD ELETROSUL da ELOS”, com base no disposto no presente Regulamento Complementar Específico Nº 01.

ALTERAÇÕES:

(1) Portaria SPC nº 3256, de 23/dez/2009 – DOU de 28/dez/2009 - Ofício nº 4.045 – SPC/DETEC/CGAF de 23/dez/2009 - implantação do Plano CD ELETROSUL.

(2) Portaria PREVIC nº 662, de 27/ago/2010 – DOU de 01/set/2010 - Ofício nº 1.931 – CGAT/DITEC/PREVIC de 30/jun/2010 - alterações no Artigo 60, Parag. 3º; Anexo I, Artigo 2º, Anexo II, Artigo 3º e Anexo III, Artigo 2º; prorroga o encerramento do prazo de migração para 31/dez/2010.

(3) Portaria PREVIC nº 959, de 14/dez/2010 – DOU de 15/dez/2010 - alterações no Artigo 60, Parag. 3º; Anexo I, Artigo 2º, Anexo II, Artigo 3º e Anexo III, Artigo 2º; prorroga o encerramento do prazo de migração para 31/mar/2011.

(4) Portaria PREVIC nº 201, de 29/abr/2011 – DOU de 02/mai/2011 - prorroga o encerramento do prazo de migração para 30/jun/2011 e altera o critério de cálculo da Reserva de Transferência, para cálculo em definitivo em 31/mar/2011.

(5) Portaria PREVIC nº 485, de 02/set/2011 – DOU de 05/set/2011 - alterações no Artigo 60, Parag. 3º; Anexo I, Artigo 4º, Anexo II, Artigo 4º e Anexo III, Artigo 4º prorroga o encerramento do prazo de migração para 30/dez/2011.

(6) Portaria PREVIC nº 89, de 25/fev/2012 – DOU de 27/fev/2012 – alterações: itens X e XIV do Art. 2º; alínea “b” do item II, item IV e V do Art. 4º; Art. 18 e seus parágrafos; Art. 20 e seus parágrafos; parágrafo único do Art. 21; Art. 23 e seu parágrafo; Art. 29; Art. 31 e seu parágrafo segundo; alíneas do Art. 40; Art. 42; Art. 45; Art. 49; Art. 50; Art. 52; Art. 53 e alíneas do Art. 61.

(7) Portaria PREVIC nº 580, de 05/nov/2014 – DOU de 06/nov/2014 – implantação dos Perfis de Investimentos, alterações: item XXIX do Art. 2º; Art. 25 e seu parágrafo; parágrafo único do Art. 40; Art. 57; Art. 58; e Art. 64.
